AGENDA DA SEMANA

NACIONAL

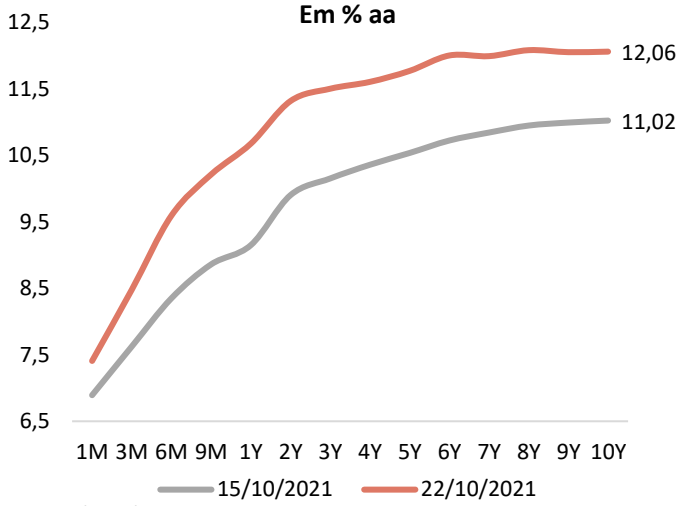
Data	Indicadores Nacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
25/out	BCB: Nota de Operações de Crédito	Set/21	1,6% m/m* 15,3% a/a*	1,5% m/m 15,9% a/a
25-28/out	FGV: Sondagens de Confiança	Out/21	-	-
26/out	IBGE: IPCA-15	Out/21	1,00% m/m 10,12% a/a	1,14% m/m 10,05% a/a
26-27/out	BCB: Reunião do Copom	-	7,50% aa	6,25% aa
26/out	Caged: Geração de Vagas Formais de Trabalho	Set/21	375,0 mil	372,3 mil
27/out	PNAD: Taxa de Desemprego	Ago/21	13,5%	13,7%
28/out	FGV: IGP-M	Out/21	0,24% m/m 21,27% a/a	-0,64% m/m 24,87% a/a
28/out	Tesouro: Resultado do Tesouro Nacional	Set/21	R$ -6,8 bi	R$ -9,9 bi
29/out	BCB: Nota de Política Fiscal	Set/21	R$ -2,5 bi	R$ 16,7 bi

Fonte: Bloomberg. *Pesquisa Febraban Especial de Crédito

Pressão sobre cenário fiscal pode acelerar ritmo de alta da Selic

Após semana conturbada, o mercado estará de olho no desfecho da PEC dos Precatórios, cuja proposta já foi aprovada pela Comissão Especial e que deve ser votada no plenário da Câmara nesta semana. A medida abre espaço no Orçamento para financiar o Auxílio Brasil, novo programa social do governo que pagará, no mínimo, R$ 400 para 17 milhões de famílias. Além de limitar o pagamento das dívidas judiciais, a medida também altera o cálculo de reajuste do teto de gastos (para comportar mais gastos em 2022). Diante de todo o mal estar gerado na última semana, inclusive com baixas na equipe econômica, às discussões sobre os rumos da política fiscal devem continuar no centro das atenções.

Quadro 1: Curva de Juros – Swap Pré-DI
Em % aa



Fonte: Bloomberg

Neste cenário de forte aumento da percepção de risco país, o Copom se reúne, nesta terça (26) e quarta (27) para decidir a taxa Selic. Até então, era quase certo um novo aumento de 1,0 pp, fato que levaria a Selic para 7,25% aa, mantendo a trajetória sugerida como adequada pelo colegiado para trazer a inflação para a meta em 2022. No entanto, a piora do quadro fiscal e a forte depreciação dos ativos domésticos podem levar o Copom a adotar uma postura mais dura. As expectativas dos analistas estão bastante dispersas e vão de uma alta de 1,0 pp até um movimento de 1,5 pp. Para aqueles que apostam numa postura mais agressiva, seria uma forma da autoridade monetária sinalizar que está atenta aos recentes desdobramentos e que não permitirá que as expectativas de inflação para 2022 se desancorem. A ver como o mercado vai se comportar até quarta-feira, dia da reunião, mas a percepção crescente é que a piora no quadro fiscal deve exigir uma postura mais dura da política monetária. A reunião pode ser decisiva para o BC preservar a sua credibilidade e evitar a desancoragem das expectativas inflacionárias.

Na agenda de indicadores, a semana traz informações sobre o mercado de crédito, emprego, inflação, contas públicas e outros. Hoje cedo, o BCB divulgou a Nota de Operações de Crédito com os dados consolidados de setembro, que mostrou que o saldo total da carteira cresceu 2,0% no mês, mantendo o ritmo de expansão anual da carteira total em 16,0%. O destaque ficou com a carteira PJ (+2,3%), embora a carteira PF também tenha mostrado alta significativa (+1,9%). No boletim da próxima semana, traremos um panorama detalhado das informações.

No cenário inflacionário, o IBGE divulga o IPCA-15 na terça (26) e a FGV divulga o IGP-M na quinta (28). Para o IPCA-15, a expectativa é que o índice mostre alta de 1,00%, mantendo o indicador praticamente estável em 12 meses (10,12%). As maiores pressões no mês devem seguir vindo dos alimentos, combustíveis e energia elétrica, esta ainda refletindo a alteração da bandeira tarifária. Já o IGP-M deve mostrar elevação de 0,24%, embora os preços no atacado sigam comportados, especialmente os industriais (minério de ferro). No geral, a expectativa é de que a inflação ao consumidor comece a mostrar algum alívio, mas longe de um cenário otimista. Por ora, as menores pressões do atacado ainda não têm sido repassadas ao varejo, e a nova deterioração dos ativos, diante da piora fiscal, pode prejudicar este movimento.

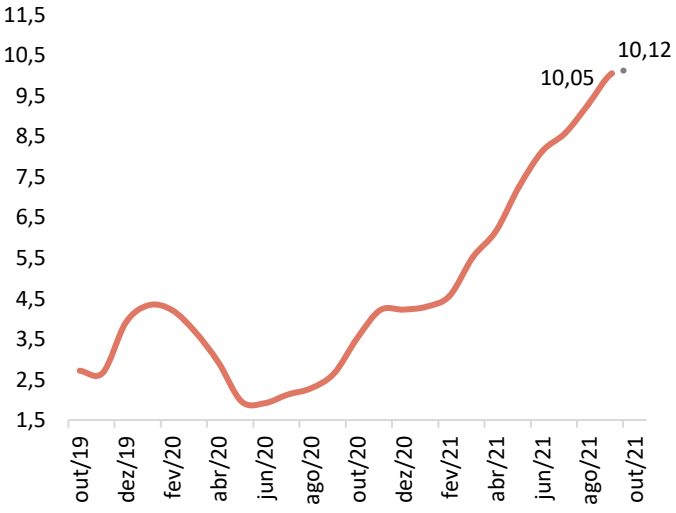
No mercado de trabalho, o Ministério da Economia divulga o Caged de setembro na terça (26) e o IBGE publica a PNAD de agosto na quarta (27). Para o Caged, a expectativa é de geração líquida de vagas (375,0 mil), a 8ª seguida, reforçando o bom ritmo de recuperação do mercado formal. Para a PNAD, a expectativa é que a taxa de desemprego mostre novo recuo, de 13,7% para 13,5%. A queda deve seguir influenciada pelo aumento da população ocupada, que se beneficia da reabertura e retomada da atividade, embora o reingresso da população na força de trabalho siga contendo uma melhora mais expressiva. Ainda longe de um patamar confortável, a perspectiva de um crescimento mais tímido da atividade segue como ponto de preocupação para a retomada do mercado de trabalho.

Em relação às contas públicas, o Tesouro Nacional divulga o resultado do governo central na quinta (28) e o Bacen publica os números do setor público consolidado na sexta (29), ambos de setembro. A expectativa é de ligeiro déficit primário de R$ 6,8 bi e de R$ 2,5 bi, respectivamente. Os resultados devem seguir impactados pelos gastos decorrentes da pandemia, embora suavizados pela forte de arrecadação de impostos, que tem surpreendido positivamente.

Ao longo da semana, a FGV divulga as sondagens de confiança de outubro, que trazem as primeiras sinalizações sobre o comportamento da atividade no último trimestre do ano. Após fecharam o 3º tri em queda, os indicadores de confiança devem seguir impactados negativamente por um conjunto de fatores, como a alta inflacionária, recuperação ainda parcial do mercado de trabalho, ruídos políticos e fiscais, além da escassez de insumos, notadamente para indústria.

Por fim, na agenda corporativa, o banco Inter inaugura amanhã (26) a publicação dos resultados contábeis do setor referentes ao 3º tri de 2021, seguido pelo Santander na quarta (27). A expectativa geral é que os balanços sigam mostrando ligeira melhora do lucro das IFs na margem, impulsionados pela retomada da atividade, o que beneficia, entre outras, as receitas com serviços, além da redução gradativa de provisões. Na comparação anual, o crescimento deve ser mais expressivo, refletindo a baixa base de comparação do mesmo trimestre do ano anterior, impactada pelos elevados volumes de provisões.

Quadro 2: IPCA-15 – Acumulado em 12 meses – em %



Fonte: IBGE. Projeção: Bloomberg

Quadro 3: Calendário de Divulgação e Estimativa de Lucro das IFs com Capital Aberto para o 3T21

Banco	Data	Estimativa de Lucro Líquido no 3T21	T/T-1 %	T/T-4 %
Inter	26/out	R$ 35,6 mi	95,0%	-
Santander	27/out	R$ 4,1 bi	-0,8%	7,2%
Itaú	03/nov	R$ 6,6 bi	1,2%	31,7%
Pan	03/nov	R$ 203,5 mi	0,7%	-19,6%
Bradesco	04/nov	R$ 6,4 bi	0,6%	26,3%
ABC	04/nov	R$ 142,0 mi	4,2%	93,3%
Banco do Brasil	08/nov	R$ 4,6 bi	-9,0%	31,8%
BTG Pactual	09/nov	R$ 1,5 bi	-10,8%	50,9%
Pine	10/nov	-	-	-
Banrisul	10/nov	R$ 239,3 mi	-15,1%	102,8%
BMG	11/nov	-	-	-

Fonte: RIs dos bancos. Projeção: Bloomberg.

AGENDA DA SEMANA

INTERNACIONAL

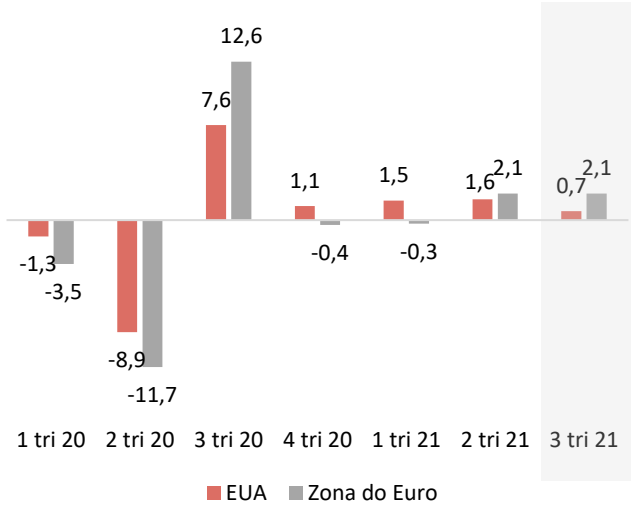
Data	País ou Região	Indicadores Internacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
26/out	EUA	Vendas de Casas Novas	Set/21	2,0% m/m	1,5% m/m
26/out	EUA	Confiança do Consumidor – Conf. Board	Out/21	108,5 pts	109,3 pts
26/out	China	Lucros Industriais	Set/21	-	10,1% a/a
27/out	EUA	Pedidos de Bens Duráveis	Set/21- prévia	-1,0% m/m	1,8% m/m
28/out	Zona do Euro	Reunião de Política Monetária do BCE	-	-0,5% aa; 0,0% aa; 0,25% aa	-0,5% aa; 0,0% aa; 0,25% aa
28/out	Zona do Euro	Confiança do Consumidor	Out/21	-4,8 pts	-4,0 pts
28/out	EUA	PIB	3º tri/21 – 1ª prévia	2,8% t/t (anualizado)	6,7% t/t (anualizado)
28/out	EUA	Vendas de Casas Pendentes	Set/21	0,5% m/m	8,1% m/m
29/out	Zona do Euro	Inflação ao Consumidor (CPI)	Out/21 - prévia	3,7% a/a	3,4% a/a
29/out	Zona do Euro	PIB	3º tri/21 – 1ª prévia	2,1% t/t	2,1% t/t
29/out	EUA	Renda e Gastos Pessoais	Set/21	-0,2% m/m 0,6% m/m	0,2% m/m 0,8% m/m
29/out	EUA	Inflação – Índice PCE	Set/21	0,3% m/m 4,4% a/a	0,4% m/m 4,3% a/a

Fonte: Bloomberg

PIB dos EUA deve mostrar desaceleração no 3T21

A agenda da semana no cenário internacional será movimentada, com destaque para as divulgações das primeiras prévias do PIB do 3º trimestre dos EUA e da Zona do Euro, que serão conhecidos na quinta (28) e sexta-feira (29), respectivamente. No caso dos EUA, onde o FMI revisou recentemente para baixo as projeções de crescimento de 2021 (de 7,0% para 6,0%), a expectativa do consenso dos analistas é de crescimento anualizado de 2,8% (ou 0,7% na margem) no trimestre, desacelerando ante o observado no 2T21 (+6,7% anualizado), devido à piora da pandemia (variante Delta), moderação no consumo das famílias e problemas na cadeia de suprimentos. Na Zona do Euro, onde o processo de recuperação está mais atrasado, a expectativa é de alta de 2,1% na margem, mesmo ritmo observado no trimestre anterior.

Quadro 4: EUA e Zona do Euro – Crescimento Trimestral do PIB (%)



Fonte: Bloomberg.

Outro destaque da semana é a reunião de política monetária do BCE, que ocorrerá na quinta-feira (28). Embora não deva ocorrer nenhuma alteração nas taxas de juros, o encontro pode trazer novidades em relação ao ritmo de compras de ativos do programa emergencial. Na última reunião foi anunciado que haveria alguma redução a partir do 4º trimestre, mas ainda não ficou definido quando será o fim do programa, algo que pode ser explorado na reunião da semana, diante da aceleração da inflação no bloco. Neste sentido, na sexta (29), será divulgada a prévia da inflação ao consumidor (CPI) de outubro da região, que deve seguir em alta, atingindo a taxa de 3,7% (ante 3,4% em setembro).

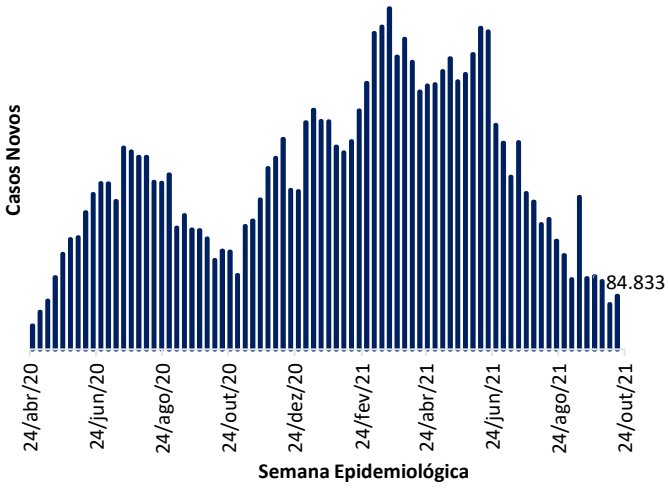
Ao longo da semana, serão publicados diversos outros indicadores. Nos EUA, na terça (26), será divulgado o índice de confiança do consumidor de outubro; na quarta-feira (27) serão conhecidos os pedidos de bens duráveis de setembro; e, na sexta-feira (29), os dados de renda e gastos pessoais também de setembro. Na Zona do Euro, na quinta (28), o mercado conhecerá os dados de confiança de outubro. Por fim, na China, a semana traz a informação dos lucros industriais de setembro, na terça-feira (26), que pode apresentar nova desaceleração, diante da perda de ritmo da atividade no país.

Covid-19 - Acompanhamento

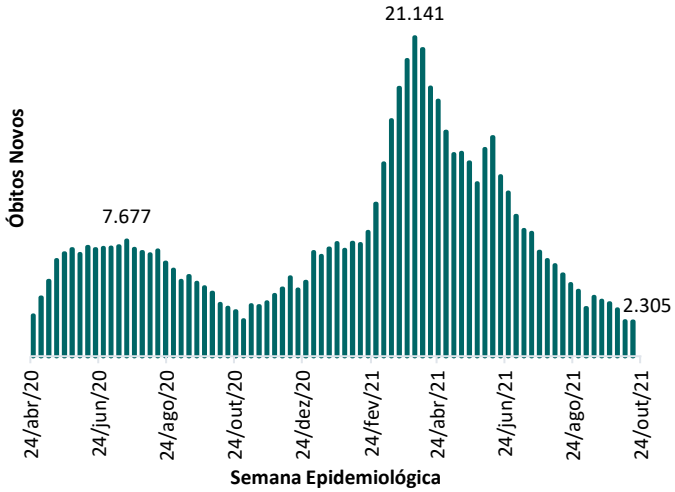
Após um longo período de melhora, os números da Covid-19 no Brasil dão sinais de acomodação. Foram registrados 84,8 mil novos casos na última semana epidemiológica. Embora represente uma elevação de 18,6% ante a semana anterior, que havia sido o menor registro desde maio de 2020, ainda pode ser considerado um número relativamente baixo (2º menor registro desde o início de mai/20), equivalente a uma média móvel (7 dias) de 12,2 mil novos casos por dia. O número de óbitos, por sua vez, foi de 2.305 na última semana epidemiológica, com queda de 0,8% em comparação com o período anterior, atingindo o menor valor desde maio de 2020, levando a média móvel para 337 óbitos. Apesar do aumento de casos, a sequência de semanas com quedas nos óbitos parece reforçar a situação de maior controle da doença no país.

Quanto à vacinação, o país ultrapassou a marca de 50% da população totalmente imunizada. Até ontem (24), mais de 109,7 milhões de brasileiros já haviam sido totalmente imunizados, representando 51,4% da população. Contabilizando o número de pessoas que receberam ao menos a 1ª dose do imunizante, a marca chega a 153,1 milhões, equivalente a 71,8% da população. Enquanto isso, a dose de reforço já foi aplicada em 5,9 milhões de pessoas. No total, as aplicações de doses no país já ultrapassam 268 milhões de doses.

Quadro 5: Novos Casos – semana epidemiológica

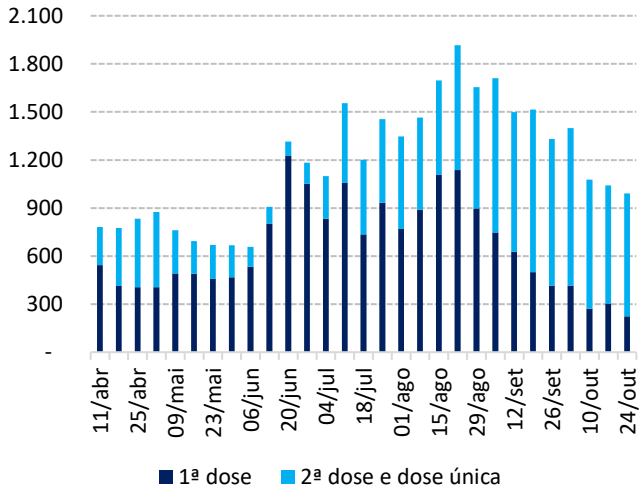


Quadro 6: Novos Óbitos – semana epidemiológica



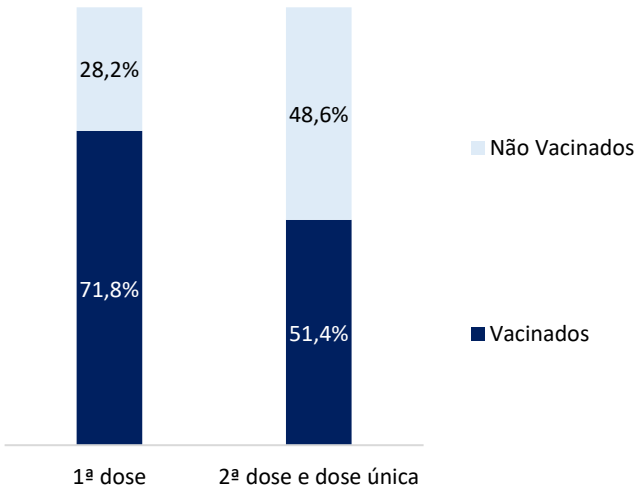
Fonte: Ministério da Saúde

Quadro 7: Doses de Vacinas Aplicadas por Dia – Média da Semana*



* Não soma as aplicações da 3ª dose

Quadro 8: % da População Vacinada (Em 24/out)



Fonte: Broadcast

ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS

INDICADORES ECONÔMICOS

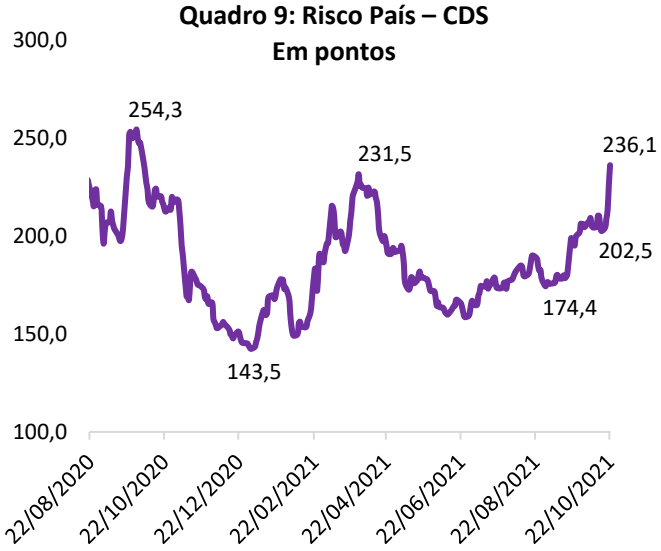
Ativos brasileiros apresentam forte depreciação em meio à piora fiscal

A semana foi marcada por intensa deterioração dos preços dos ativos domésticos em função da percepção de desmonte da regra do teto de gastos. Com dificuldades para encontrar espaço no Orçamento para criar o novo programa social Auxílio Brasil (em substituição ao Bolsa Família), a saída que o governo encontrou foi postergar o pagamento de precatórios, alterar parâmetros na regra do teto, além de pedir uma licença para gastos fora da regra, colocando em risco a credibilidade fiscal do país. **Caso o governo persista neste caminho, tal cenário sugere piora das condições econômicas, com manutenção da inflação em elevado patamar, necessidade de elevação da Selic acima do esperado até então e a possibilidade de uma recessão em 2022.**

A agenda de indicadores foi bastante modesta na semana. **Destaque para os dados da balança de transações correntes de setembro, que foi deficitária em US$ 1,7 bi no mês, segundo o BCB**. O resultado superou o déficit de set/20 (US$ -0,3 bi), elevando, assim, o déficit no acumulado em 12 meses de US$ 19,3 bi para US$ 20,7 bi (1,33% do PIB). O aumento do déficit em relação ao mesmo mês do ano passado decorreu do menor saldo comercial (US$ 2,5 bi ante US$ 4,4 bi), em razão do aumento mais que proporcional das importações em relações às exportações, diante da recuperação da atividade doméstica e da importação de plataformas de petróleo no âmbito do regime Repetro. Já as balanças de serviços (US$ -1,4 bi vs US$ -1,7 bi) e rendas (US$ -2,8 bi vs US$ -3,0 bi), registraram déficits ligeiramente menores que o do mesmo período de 2020.

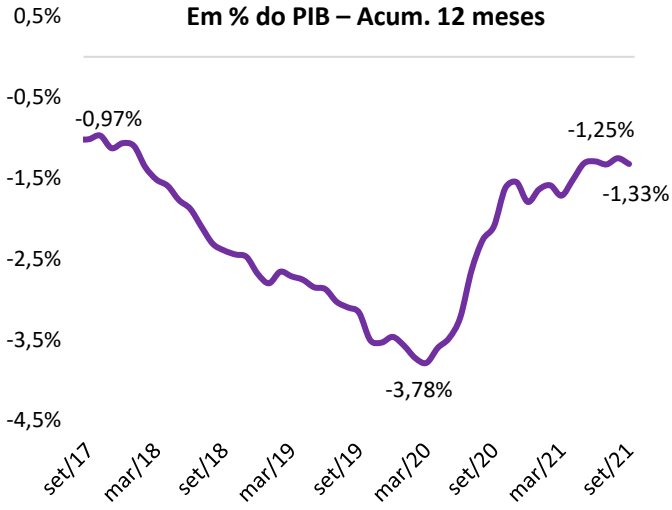
O ingresso de investimento estrangeiro direto (IED) foi de US$ 4,5 bi no mês, acima do observado em set/20 (US$ 3,4 bi). Assim, no acumulado em 12 meses, a entrada de IED no país seguiu em alta, atingindo a marca de US$ 50,4 bi, embora um valor ainda baixo se comparado ao registrado nos últimos anos (próximo a US$ 70 bi). Por fim, os investimentos estrangeiros em portfólio ficaram negativos em US$ 0,9 bi, após 5 meses de ingressos positivos. A saída de recursos ocorreu em investimentos em ações (US$ -1,3 bi) e fundos (US$ -0,3 bi), enquanto os títulos de dívida registraram entrada de recursos (US$ 0,7 bi). Em 12 meses, há entrada líquida de US$ 41,6 bi em recursos em portfólio no país, superando a saída líquida de US$ 36,8 bi nos 12 meses encerrados em set/20. No entanto, a piora das percepções sobre o país deve afugentar a entrada de investimentos estrangeiros nos próximos meses.

Quadro 9: Risco País – CDS
Em pontos



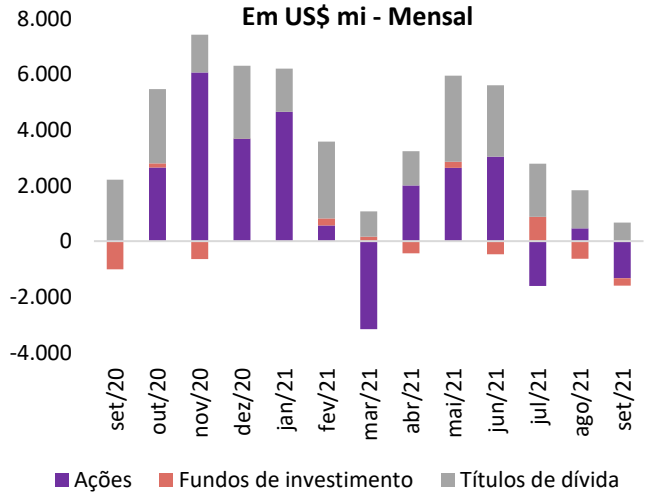
Fonte: Bloomberg

Quadro 10: Balança de Transações Correntes
Em % do PIB – Acum. 12 meses



Fonte: BCB

Quadro 11: Fluxo de Investimento em Portfólio
Em US$ mi - Mensal



Fonte: BCB

Balanços positivos ofuscam novos sinais de desaceleração da atividade

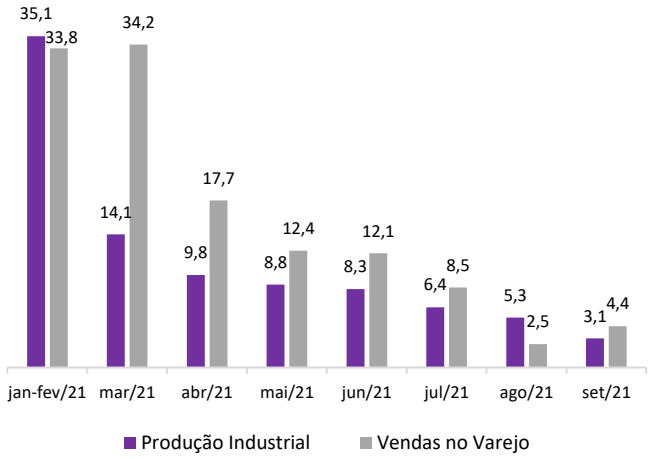
Os mercados internacionais fecharam a semana com viés de alta, reagindo positivamente às divulgações de balanços com resultados acima do esperado nos EUA e menor preocupação com a crise da empresa Evergrande na China, que afastou a possibilidade de calote com o pagamento a credores internacionais. No sentido contrário, estiveram os comentários do presidente do Fed, Jerome Powell, que afirmou que as interrupções do lado da oferta devem durar mais do que o esperado.

Na China, o PIB do 3º trimestre cresceu 4,9% ante o mesmo período de 2020, ligeiramente abaixo das expectativas (+5,0%), desacelerando ante a expansão de 7,9% do trimestre anterior. O resultado refletiu os problemas de abastecimento de insumos, a crise energética e no mercado imobiliário. Neste sentido, a produção industrial do país também decepcionou em setembro, com alta de 3,1% ante set/20 (expectativa de +3,8%). O resultado também possui impacto da crise energética e de metas mais rígidas quanto a emissões de carbono impostas pelo governo. Em sentido contrário, as vendas no varejo surpreenderam ao subir 4,4% na base anual (ante expectativa de +3,5%).

Nos EUA, o Livro Bege apresentou perspectivas positivas dos empresários no curto prazo, mas expectativas mais cautelosas para os próximos meses, diante das preocupações com escassez de mão de obra e problema na cadeia de suprimentos. A produção industrial contrariou as expectativas e caiu 1,3% em setembro. Continuaram pesando negativamente a escassez de semicondutores, afetando principalmente a indústria automotiva, bem como os impactos do furacão Ida, especialmente na atividade de mineração, cujo efeito negativo foi calculado em 0,6 pp pelo Fed. Por outro lado, a prévia do PMI de serviços de outubro surpreendeu positivamente ao atingir 58,2 pts (expectativa de 55,2 pts), reflexo de maiores demandas com alívio da preocupação com a Covid-19.

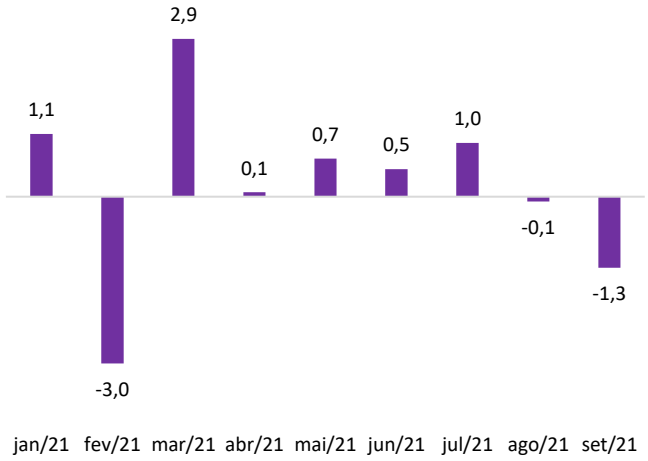
Na Zona do Euro, a prévia do PMI do setor de serviços de outubro registrou queda ante setembro, de 56,4 pts para 54,7 pts, atingindo o menor patamar nos últimos seis meses. Continuam pesando os atrasos nas cadeias de oferta, que, além de restringir a produção, foi responsável pelo maior nível dos preços dos serviços registrado pela pesquisa desde setembro de 2000. Por fim, a inflação ao consumidor (CPI) de setembro acelerou para 3,4% (ante 3,0%) no acumulado em 12 meses, atingindo seu maior patamar desde setembro de 2008 (3,6%).

Quadro 12: China - Produção Industrial e Vendas no Varejo – Var.% a/a



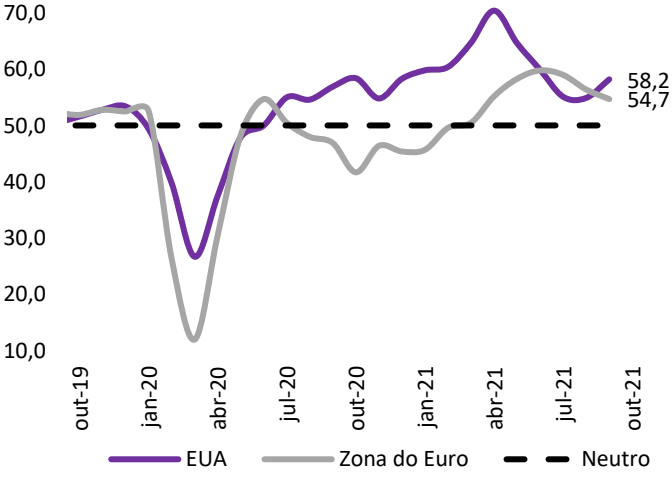
Fonte: Bloomberg

Quadro 13: EUA - Produção Industrial Var.% m/m



Fonte: Bloomberg

Quadro 14: EUA e Zona do Euro - PMI Serviços Em pontos



Fonte: Bloomberg

Crédito/Bancos

Relatório de Estabilidade Financeira – REF/BCB

O Banco Central divulgou na última semana o Relatório de Estabilidade Financeira (REF) referente ao 1º semestre de 2021. A publicação trouxe novas análises acerca dos efeitos da crise decorrente da pandemia do Covid-19 sobre o Sistema Financeiro Nacional (SFN), apresentando diversas métricas de liquidez, solvência, alavancagem, etc. No geral, o documento mostra que não há risco relevante para a estabilidade financeira, com as IFs mantendo níveis de capital e liquidez robustos. Abaixo os principais destaques.

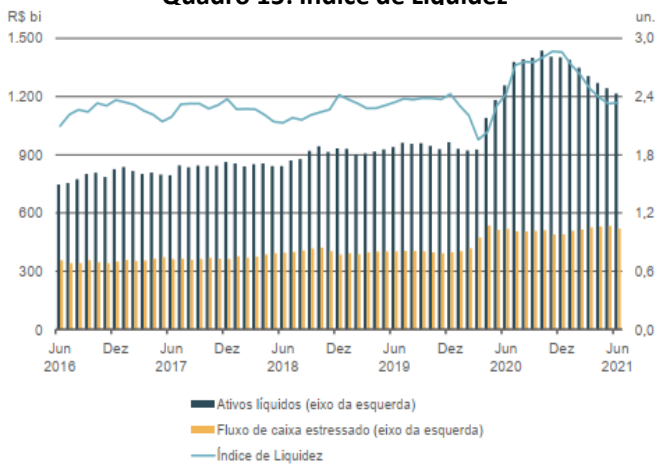
***Liquidez**:* Segundo o BCB, a liquidez do sistema bancário tem retornado gradativamente para o patamar pré-pandemia, mantendo-se em um nível confortável e compatível com o balanço de riscos. Esta redução decorre da recuperação do cenário econômico e do nível de perdas com crédito menor que o inicialmente esperado, permitindo que as IFs reduzissem o colchão de liquidez construído ao longo de 2020 em resposta à pandemia. O ajuste ocorre especialmente nas instituições que acumularam níveis mais robustos de liquidez, e é visto como saudável, uma vez que demonstra a capacidade das IFs se adaptarem às mudanças.

Entre os principais indicadores, o Índice de Liquidez, que mensura se os bancos possuem ativos líquidos suficientes para cobrir necessidades de caixa de curto prazo (30 dias) em um cenário de estresse hipotético, mostrou redução no 1º semestre, retornando a um patamar similar ao de jan/20, em nível confortável. Já o Índice de Liquidez Estrutural, que mensura se os bancos possuem fontes de captações suficientes para financiar seus ativos de longo prazo, também se manteve em um patamar adequado. Neste caso, o aumento das captações de longo prazo foi suficiente para suportar de forma sustentável o crescimento dos empréstimos de prazos mais longos, notadamente de crédito imobiliário, que avança de forma expressiva.

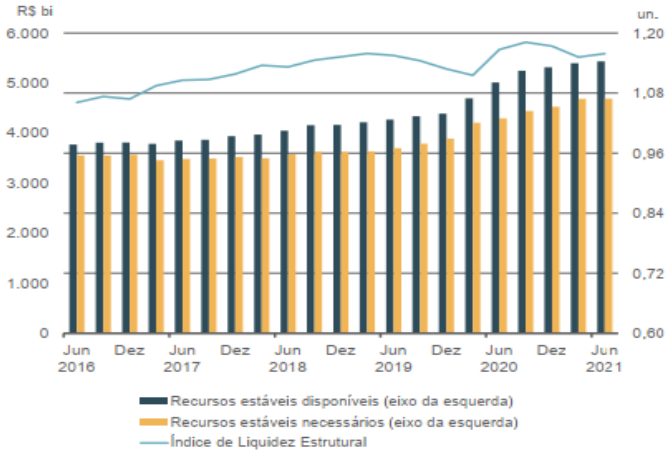
O documento também destaca que, diante das menores incertezas advindas da pandemia, o volume de captações das IFs parou de crescer e houve um arrefecimento da demanda por instrumentos de liquidez imediata por parte dos agentes econômicos, retornando ao padrão pré-pandemia. Quanto ao custo de liquidez, o ciclo de alta da Selic, aliado à redução das taxas de captação em relação à taxa do DI, resultou na redução do custo de manutenção de liquidez, embora o custo do estoque de captações siga maior que a taxa de remuneração dos ativos líquidos - o que significa pressão para a manutenção de ativos líquidos no balanço.

No geral, o SFN mantém um nível de liquidez em patamar confortável, suficiente para permitir que o sistema bancário opere sem riscos e, ao mesmo tempo, atenda a demanda por crédito, mesmo com o custo da liquidez ainda elevado.

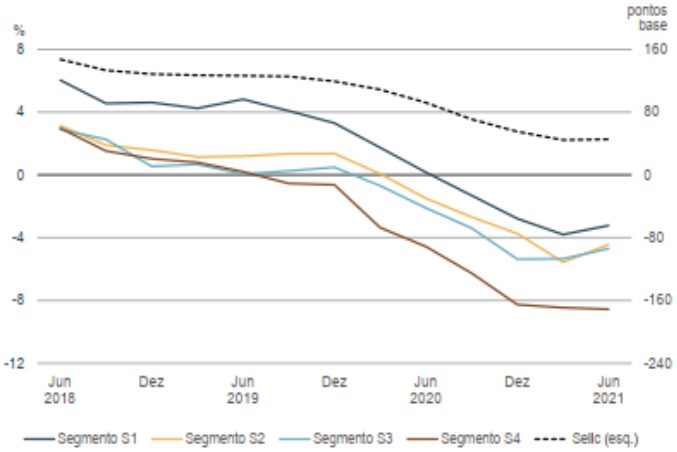
Quadro 15: Índice de Liquidez



Quadro 16: Índice de Liquidez Estrutural



Quadro 17: Taxa Selic menos custo de captação – Acumulado 12 meses – Por segmento de IF



Relatório de Estabilidade Financeira – REF/BCB

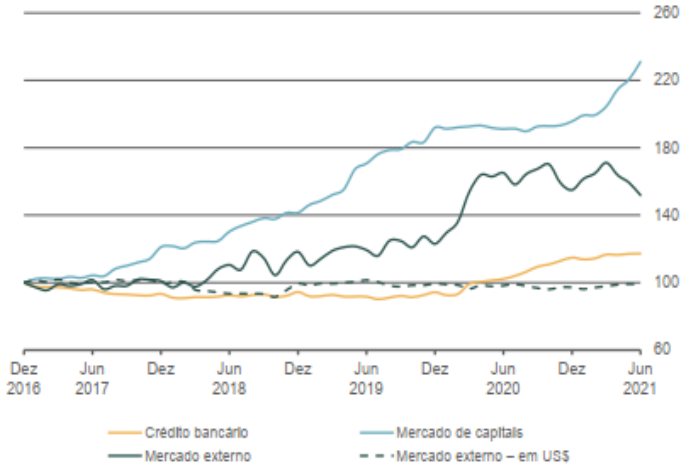
Crédito: A carteira de crédito seguiu mostrando uma expansão robusta no 1º semestre, puxada, em especial, pelo crédito às famílias, estimulada pelas baixas taxas de juros e pela retomada econômica. O crescimento se mostra disseminado em praticamente todas as modalidades PF, com destaque para as linhas de consumo, indicando um aumento de apetite de risco por parte das IFs, enquanto o crédito imobiliário segue em patamar elevado. Na carteira PJ há um desempenho heterogêneo entre os segmentos. Mesmo sem a contribuição dos programas emergenciais, o crédito bancário às MPMEs segue avançando, com perspectiva de manter o patamar elevado no 2º semestre. Já para as grandes empresas, o financiamento vem sendo coberto pelo mercado de capitais, enquanto o crédito bancário registrou crescimento próximo a zero.

A publicação também destaca que as operações de crédito repactuadas durante a pandemia têm apresentado um desempenho melhor do que o previsto. Do valor total das operações repactuadas (equivalente a 30% da carteira total), quase 70% já se encontraram curadas em junho deste ano, retornando ao fluxo normal de pagamentos. Neste sentido, mesmo diante do leve aumento da inadimplência no semestre, o percentual de ativos problemáticos (APs) manteve a trajetória de queda, em função da redução das operações reestruturadas (ou classificadas como E e H) e pelo aumento da carteira. Adicionalmente, o nível de provisões para os APs manteve-se constante no semestre, suficiente para suportar as perdas de crédito esperadas.

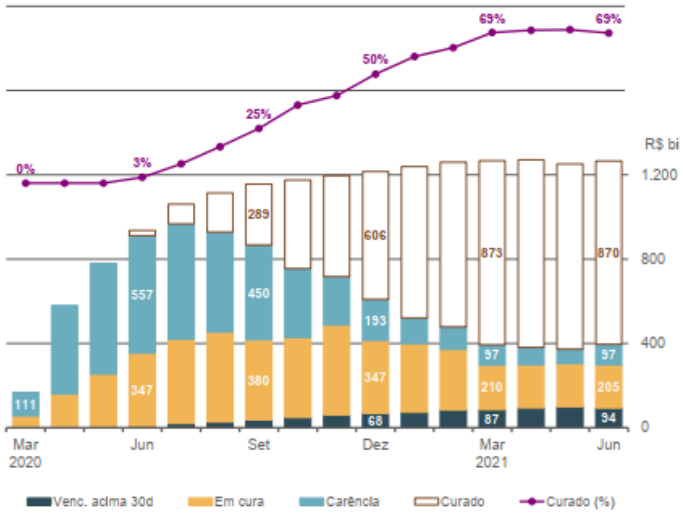
Rentabilidade*:* Após queda significativa no período inicial da pandemia, a rentabilidade do setor recuperou e praticamente retornou aos níveis pré-crise. O principal determinante foram as menores despesas com provisões, que vêm se reduzindo gradativamente em função da inadimplência menor que a esperada. Como comparação, as despesas com PDD no 1º semestre foram 52% menores que no mesmo período em 2020, retornando ao patamar pré-pandemia.

A expectativa é de que os resultados sigam melhorando, impulsionados pela recuperação econômica, que favorece, entre outras, as receitas com serviços. Adicionalmente, a margem de crédito pode se beneficiar de um mix mais rentável da carteira, com uma recomposição esperada da participação das linhas de maior retorno, embora a alta da Selic no curto prazo deva aumentar o custo de captação e pressionar a margem de crédito. Em relação às provisões, não são esperadas alterações significativas no curto prazo, com a inadimplência sob controle e com o volume corrente considerado suficiente para suportar as perdas.

Quadro 18: Crédito Amplo PJ (dez/16 = 100)

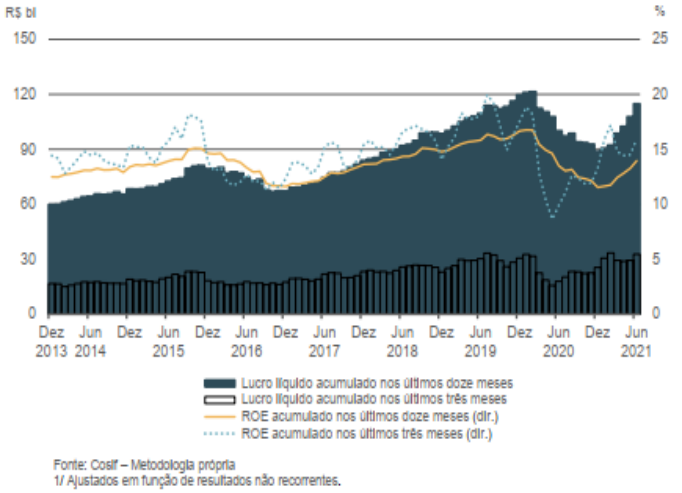


Quadro 19: Repactuações – por situação



* Segundo o BCB, a interrupção na queda do saldo não curado nos últimos meses decorre do aumento recente nas repactuações, ocorridas sem incentivo regulatório e especialmente no crédito imobiliário.

Quadro 20: Lucro Líquido e ROE[1]



Fonte: Cosif – Metodologia própria
1/ Ajustados em função de resultados não recorrentes.

Relatório de Estabilidade Financeira – REF/BCB

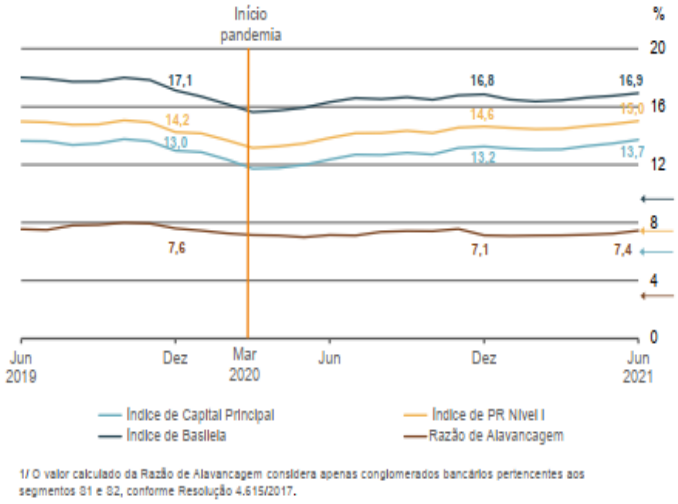
***Solvência**:* O relatório aponta que o SFN mantém-se sólido e com índices crescentes de capitalização, reforçando que solvência não representa risco à estabilidade financeira. No semestre, o setor bancário continuou recuperando seu nível de solvência, com expansão da base de capital ao mesmo tempo em que aumenta sua carteira de crédito. O Índice de Basileia do sistema, por exemplo, passou de abaixo dos 16% no início da pandemia para 16,9% em junho de 2021, enquanto o Índice de Capital Principal também subiu, impulsionado, em particular, pela retenção de lucros no semestre – reflexo da orientação de distribuição conservadora de dividendos (Resolução 4.820). Ainda, o BCB menciona que a elevação do capital se deu tanto em quantidade como em qualidade, com todas as IFs sendo capazes de atender aos requerimentos mínimos prudenciais utilizando apenas Capital Principal, considerado de melhor qualidade.

***Testes de Estresse**:* os testes de estresse atualizados (de capital e de liquidez) seguiram indicando resiliência do setor para absorver os choques nos cenários simulados, com estabilidade dos resultados em comparação com testes anteriores. Para este relatório, dois cenários foram simulados: o primeiro considera uma queda conjunta na atividade, na inflação e nas taxas de juros; o segundo, mais agressivo, também considera uma queda na atividade, mas com altas na inflação e nos juros. Em todos os casos, os resultados sinalizam que não haveriam desenquadramentos relevantes.

Nos testes de estresse de capital, os resultados sugerem uma baixa necessidade de capitalização do sistema, atestando boa capacidade para absorção de perdas. No 2º cenário, por exemplo, que apresenta maior impacto, os APs atingiriam 8,8% da carteira total de crédito, recuando após este pico, enquanto as IFs que juntas respondem por 95% do ativo total do sistema continuariam apresentado índices de capitalização acima do mínimo regulamentar. Já os testes de estresse de liquidez indicam quantidade confortável de ativos líquidos para uma eventual saída de caixa ou potenciais desvalorizações dos ativos em condições adversas, mesmo após a redução de ativos líquidas observada no semestre (que decorreu de decisões gerenciais para reduzir o colchão de liquidez, e não de um cenário adverso/estresse).

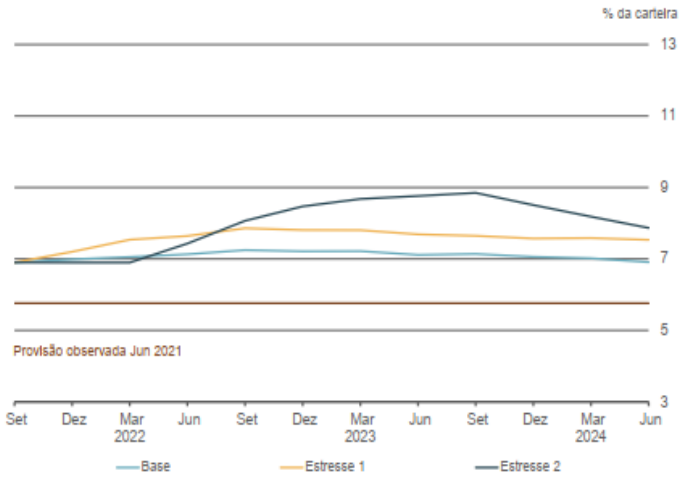
Neste sentido, as próprias IFs avaliam que o SFN continua preparado para enfrentar os principais riscos à estabilidade financeira. Esta avaliação é feita na Pesquisa de Estabilidade Financeira, que mostra que a confiança na estabilidade do SFN continua elevada, com aumento do indicador na margem para o mesmo nível pré-pandemia.

Quadro 21: Índices de Capitalização e Exigência Regulatória[1]

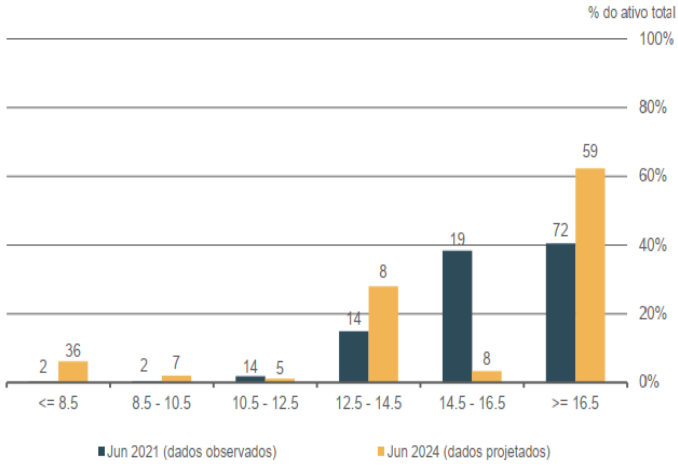


1/ O valor calculado da Razão de Alavancagem considera apenas conglomerados bancários pertencentes aos segmentos S1 e S2, conforme Resolução 4.615/2017.

Quadro 22: Estresse Macroeconômico – Projeção de Ativos Problemáticos (% da carteira)



Quadro 23: Estresse Macroeconômico* – Distribuição de frequência dos ativos por faixa do Índice de Basileia



* Cenário de Estresse 2

Relatório de Estabilidade Financeira - BCB

Na Pesquisa, os principais riscos apontados seguem sendo a alta da inadimplência e a redução da atividade, embora perdendo proeminência, com redução na frequência de citações, na probabilidade de ocorrência e nos impactos associados. A retomada da economia e os números mais brandos da inadimplência contribuíram para moderar a preocupação com tais riscos, embora o cenário ainda seja de cautela.

***Endividamento e comprometimento de renda**:* Por fim, outro destaque do relatório é a análise sobre endividamento e comprometimento de renda das famílias, assuntos que têm sido recorrentemente indagados, especialmente diante do forte crescimento do crédito PF. Antes, porém, vale mencionar que as análises são feitas para aqueles que efetivamente tomaram crédito, e não para todas as famílias da sociedade – ou seja, a análise estuda o endividamento e o comprometimento da renda de famílias que realmente possuem operações de crédito em aberto. Ainda, o exercício analisa dois grupos distintos: o total de tomadores de crédito em cada mês, e aqueles que são chamados de constantes, que possuem dívidas ativas ininterruptas nos últimos dois anos (de jun/19 a jul/21). Segundo o BCB, a amostra de clientes ativos é bastante representativa, com participação sempre acima de 92,4% do total da carteira, e a vantagem em sua análise é evitar o efeito de entrada e saída ao longo dos meses, o que pode contaminar a avaliação.

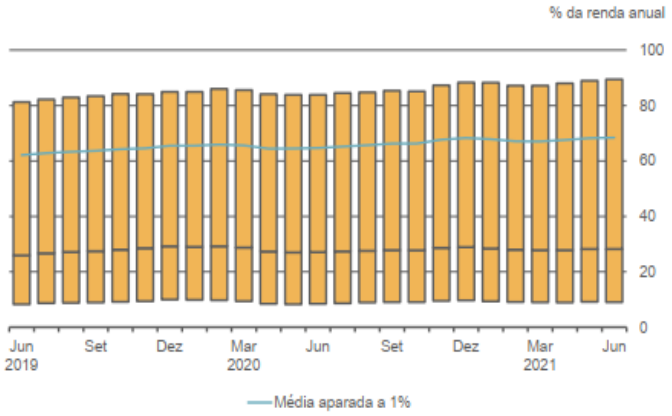
Em relação ao nível de endividamento, os indicadores mostram estabilidade para o total de tomadores, enquanto para os clientes constantes há um crescimento discreto de tais valores – em linha com o recente aumento da carteira PF. Em relação ao comprometimento de renda, no entanto, verifica-se uma redução para o grupo do total de tomadores e estabilidade para os clientes constantes. Assim, apesar do aumento verificado do endividamento dos clientes constantes, o comprometimento de renda mostra estabilidade ao longo do último ano.

De maneira geral, as métricas mostram um aumento bastante modesto do endividamento, puxado pelo maior volume de crédito, enquanto os níveis de comprometimento de renda se mantêm estáveis. Assim, o entendimento é de que o SFN tem expandido sua carteira de crédito, auxiliando a recuperação econômica, mas mantendo a qualidade, sem gerar riscos adicionais associados à inadimplência.

Quadro 24: PEF – Índice de confiança na estabilidade do sistema financeiro

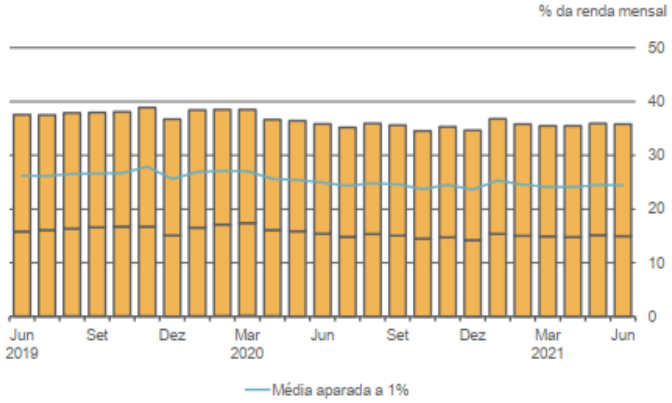
Fonte: Pesquisa de Estabilidade Financeira - BCB

Quadro 25: Endividamento – clientes constantes



[1] Excluem-se do gráfico os valores mínimo e máximo. Estão representados o primeiro quartil, a mediana e o terceiro quartil.
[2] Seleção de clientes que, entre junho de 2019 e junho de 2021, possuem dívidas no SCR.

Quadro 26: Comprometimento de renda – clientes constantes



[1] Excluem-se do gráfico os valores mínimo e máximo. Estão representados o primeiro quartil, a mediana e o terceiro quartil.
[2] Seleção de clientes que, entre junho de 2019 e junho de 2021, possuem dívidas no SCR.

Regulação – Conselho Monetário Nacional (CMN)

O Conselho Monetário Nacional (CMN), em sua reunião mensal, editou 9 resoluções, que tratam sobre diversos temas, entre eles: i) regulamentação dos financiamentos dos Fundos de Desenvolvimento; ii) metodologia e requerimentos mínimos do Patrimônio de Referência (PR); iii) limites de exposição do PR em ouro e moeda estrangeira e; iv) normas do Manual de Crédito Rural (MCR). A seguir, as resoluções e os respectivos links:

Resolução CMN n° 4.962, 21/10/2021 – Revoga Atos Normativos já revogados tacitamente.

O CMN revogou diversos atos normativos antigos e cujos efeitos já haviam se esgotado com o passar do tempo.

Resolução CMN n° 4.961, 21/10/2021 – Altera a Resolução nº 3.568 (2008) que dispõe sobre o mercado de câmbio e dá outras providências.

Foi revogado um inciso da Resolução nº 3.568, de 29 de maio de 2008, onde são detalhados os envios de informações das IFs autorizadas a operar no mercado de câmbio ao BCB.

Resolução CMN n° 4.960, 21/10/2021 – Ajusta norma que regulamenta os financiamentos de Fundos de Desenvolvimento.

A resolução aprovada pelo CMN afirma que quaisquer IFs autorizadas a funcionar pelo BCB podem atuar como agentes operadores dos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), do Nordeste (FDNE) e do Centro-Oeste (FDCO), esclarecendo que apenas os bancos federais podem conceder empréstimos passíveis de subsídios governamentais na equalização das taxas de juros. A resolução atual ajusta a Resolução nº 4.930, de 29 de julho de 2021.

Resolução CMN n° 4.959, 21/10/2021 – Altera normas do MCR referentes ao financiamento de maquinário via Pronaf.

O CMN alterou normas no Manual de Crédito Rural (MCR) visando desburocratizar a contratação de crédito para o investimento. Com a alteração, as máquinas, equipamentos, veículos e implementos que fizerem parte do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) não possuem mais a necessidade de constar na relação de produtos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Resolução CMN n° 4.958, 21/10/2021 – Dispõe sobre os requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência.

Resolução ajusta e consolida normas referentes aos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e sobre o Adicional de Capital Principal (ACP).

Resolução CMN n° 4.957, 21/10/2021 – Estabelece limite máximo para a aplicação de recursos no Ativo Permanente.

Após as definições sobre a apuração do PR (Resolução nº 4.955), fica definido o limite máximo de 50% do PR para o montante de recursos aplicados no Ativo Permanente.

Resolução CMN n° 4.956, 21/10/2021 – Estabelece limite máximo para o volume de exposição em ouro e moeda estrangeira.

A resolução determina que IFs autorizadas a operar pelo BCB observem o limite máximo de 30% do PR para a exposição em ouro e moeda estrangeira, bem como operações sujeitas à variação cambial. A norma não se aplica a Instituições de Pagamento, Administradoras de Consórcio e Instituições não bancárias. Adicionalmente, a regra deve ser seguida respeitando a consolidação do conglomerado prudencial.

Resolução CMN n° 4.955, 21/10/2021 – Dispõe sobre a metodologia para apuração do PR.

A norma estabelece o método de cálculo do Patrimônio de Referência que é apurado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB.

Resolução CMN n° 4.954, 21/10/2021 – Ajusta normas para os financiamentos ao amparo do Funcafé.

O CMN fez ajuste de normas para financiamentos ao Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) com o objetivo de alocar R$ 1,32 bilhão na linha de crédito para a recuperação de cafezais danificados, após grande impacto das geadas.

MERCADOS E EXPECTATIVAS

MERCADOS LOCAIS

FOCUS – Indicadores Selecionados	2021				2022			
	22/10/21	15/10/21	24/9/21	Viés	22/10/21	15/10/21	24/9/21	Viés
IPCA (%)	8,96	8,69	8,45	▲	4,40	4,18	4,12	▲
PIB (% de crescimento)	4,97	5,01	5,04	▼	1,40	1,50	1,57	▼
Meta Selic - fim do ano (%a.a.)	8,75	8,25	8,25	▲	9,50	8,75	8,50	▲
Taxa de Câmbio - fim do ano (R$/US$)	5,45	5,25	5,20	▲	5,45	5,25	5,24	▲

Fonte: Banco Central do Brasil

Indicadores do Mercado	22/10/21	Variação %			
		Na semana	No mês	No ano	12 meses
Taxa de câmbio (R$/US$)	5,65	3,45%	3,80%	8,82%	0,78%
CDS Brasil 5 anos (em pontos)	236,05	16,59%	14,58%	63,94%	9,30%
Juros DI 30 dias (% a.a.)	7,36	9,07%	17,71%	282,75%	283,11%
Juros DI 1 ano (% a.a.)	10,67	16,70%	19,31%	273,57%	256,45%
Juros DI 5 anos (% a.a.)	11,96	13,28%	13,08%	97,20%	76,67%
Índice Ibovespa (em pontos)	106.296,20	-7,28%	-4,22%	-10,69%	5,71%
IFNC (setor financeiro)	10.092,75	-6,36%	-2,63%	-17,79%	-0,08%
Banco ABC Brasil	15,75	-4,72%	5,78%	1,12%	21,42%
Banco do Brasil	28,91	-8,45%	0,03%	-25,49%	-10,36%
Banco Inter	40,14	-20,17%	-13,95%	22,31%	94,29%
Banco Mercantil	18,69	-0,64%	-2,45%	-98,85%	-99,03%
Banco Pan	14,60	-14,32%	-8,52%	53,20%	66,67%
Banco Pine	2,00	-2,91%	5,26%	-20,63%	-24,24%
Banestes	4,92	-1,40%	-0,81%	-9,72%	-2,96%
Banrisul	11,40	-5,32%	-2,23%	-21,76%	-11,35%
Bradesco ON	17,41	-4,76%	-2,52%	-20,86%	-3,13%
Bradesco PN	20,45	-3,90%	-1,82%	-17,12%	3,57%
BTG Pactual	22,82	-12,23%	-9,30%	-2,89%	12,40%
Itaú Unibanco ON	21,24	-3,89%	-3,25%	-6,48%	14,92%
Itaú Unibanco PN	23,54	-4,93%	-1,32%	-9,75%	16,47%
Santander	35,29	-2,97%	3,01%	-18,73%	13,97%

Fonte: Bloomberg

MERCADOS INTERNACIONAIS

Indicadores do Mercado	22/10/21	Variação %			
		Na semana	No mês	No ano	12 meses
Fed Funds (% a.a.)	0,25	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
T-NOTE - 2 anos (% a.a.)	0,45	14,81%	64,57%	274,40%	208,02%
T-NOTE - 10 anos (% a.a.)	1,63	3,95%	9,76%	78,76%	98,44%
Dollar Index	93,64	-0,31%	-0,62%	4,12%	1,11%
Índice S&P 500 (em pontos)	4.544,90	1,64%	5,51%	21,00%	32,29%
Índice de ações de bancos - EUA	129,74	3,21%	5,93%	37,15%	79,50%
Índice Euro Stoxx 50	4.188,81	0,14%	3,48%	17,91%	31,69%
Índice de ações de bancos - Zona do Euro	102,75	-0,68%	2,43%	39,28%	83,84%
Barril de Petróleo - tipo Brent (US$)	85,53	0,79%	8,93%	65,12%	104,96%

Fonte: Bloomberg

Diretoria de Economia, Regulação Prudencial e Riscos
economia@febraban.org.br

Rubens Sardenberg
Jayme Alves
Luiz Fernando Castelli
Daniel Casula
João Vítor Siqueira